



Marcos Schmidt

El Niño – e agora?

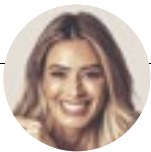
O alerta para um super El Niño traz medo e preocupação. As previsões indicam grande chance de ser um dos mais severos, com muita chuva e enchentes para nós aqui do sul. E agora, o que fazer? Creio que o próprio nome do fenômeno climático possa nos ajudar. Por volta do século 17, pescadores peruanos perceberam que, periodicamente, as águas do Oceano Pacífico aqueciam, com consequências no período do Natal. E assim, deram o nome de “o menino” referindo-se a Jesus.

Com os avanços tecnológicos, as previsões da meteorologia são muito

confiáveis. As mudanças climáticas no planeta, no entanto, estão dificultando a exatidão nos acertos devido um clima em caos. Os modelos meteorológicos se baseiam em dados históricos, mas com a bagunça do clima, tudo mudou. Ou seja, nem a tecnologia, nem a sabedoria dos antigos ou qualquer coisa está garantindo confiança. Por isso, o jeito é estar prevenido para qualquer situação climática.

Jesus, o el niño, fala disto, de estar prevenido sempre. Fala de outro clima. “De tardinha, vocês dizem: – Vamos ter bom tempo porque o céu está vermelho.

Pastor luterano
marcos.ielb@gmail.com



Karin Leite Dresch

O poder da mediação

Crescemos acreditando que conflito termina quando alguém vence. Desde cedo aprendemos que há dois lados, dois argumentos e, ao final, uma decisão que diz quem estava certo.

O problema é que a vida raramente cabe nesse formato. Muitas disputas não nascem da vontade de ganhar, mas da frustração de não ser ouvido.

Nem sempre as pessoas querem derrotar a outra parte; muitas vezes querem apenas encerrar um incômodo, recuperar tranquilidade ou seguir em frente sem carregar o peso

de uma briga interminável.

O Judiciário cumpre um papel essencial: dar respostas quando o diálogo falha. Mas nem toda resposta encerra a história. Há decisões que resolvem o processo e deixam o desconforto intacto. A discussão termina no papel, mas continua dentro das pessoas.

Por isso, cresce a importância de aprender a mediar conflitos antes que eles cresçam. Mediar é criar espaço para que expectativas sejam organizadas, que o problema seja traduzido e que surja a pergunta que

Advogada
karin.leite@terra.com.br

raramente aparece no início das disputas: o que realmente precisa ser resolvido?

Mediar não é sinal de fraqueza nem renúncia de direitos. É reconhecer que, em muitos casos, a melhor solução não é a vitória formal, mas a solução que encerra o problema de verdade.

Quando o foco muda de “quem ganha” para “o que resolve”, a lógica também muda. E é importante perceber que encerrar um conflito não é apenas vencer uma disputa. É conseguir que ela deixe de fazer sentido.

Advogada
advgabrielastreb@gmail.com



Gabriela Streb

Viajar 2

Chegamos à Islândia, uma ilha, cuja capital é Reykjavík. O país tem 400 mil habitantes e 70% residem na capital. Há mais ovelhas no país do que humanos.

É o país que ganha em tudo no mundo. O ar e a água mais puros. É 100% sustentável com energia baratíssima. Predominantemente luterano e não há mosquitos. Com o maior número de vulcões em atividade, é muito cara. Seguimos no ditado: quem converte não se diverte.

Não aceitam euro ou dólar, só o dinheiro deles. Quase tudo é através de targetas e a Suíça passa a ser barata

perto deles.

Até a década de 1940, eram governados pela Dinamarca. Não possuem exército e, caso ocorra alguma tentativa de ocupação, os Estados Unidos e a Otan intervêm.

Em todo o país, existem 140 presos e um homicídio por ano. É o mais seguro do mundo em que a polícia não usa armas.

Possuem as multas por excesso de velocidade mais caras do planeta. A velocidade é 90 km/h e ao alugar um carro você é alertado: cuidado com o vento porque ele pode deslocar ou

arrancar as portas e as multas são severas. Experimentamos essa última.

O carro policial não liga luzes nem sirene. Fica andando pelas rodovias com um radar à sua frente, ao cruzar você percebe ser a polícia. Gentilmente, o policial lhe pergunta se você confirma a infração. Se disser sim, ele já diz que a multa é de 120 mil coroas, mas se você pagar com cartão a ele, há desconto de 25%, ou seja, 90 mil. Na conversão, com desconto, uns 750 dólares. Que dor. Não é aconselhável tentar o tal jeitinho brasileiro para aliviar, dizem que piora. Nem nos atrevemos.

Otávio R. L. Marques

Professor de Direito da UniRitter
emailmarques@animaeducacao.com.br



Acesso à Justiça é vital

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, falar sobre acesso à Justiça é falar sobre cidadania. No Dia do Defensor Público, celebrado neste 19 de maio, faz-se necessário reconhecer o papel essencial desses profissionais na garantia de direitos fundamentais.

A Defensoria Pública representa, muitas vezes, uma importante porta de entrada para orientação jurídica e defesa de direitos. A construção de uma sociedade mais justa passa, também, por outros atores comprometidos com esse propósito. Instituições de ensino superior que colocam Núcleos de Prática Jurídica (NPJs) à disposição da população desempenham papel essencial ao aproximar os cidadãos do conhecimento jurídico e dos serviços de atendimentos gratuitos à comunidade - realizados por estudantes que,

supervisionados por professores, vivenciam a prática jurídica real.

A experiência cotidiana mostra que muitas pessoas não deixam de buscar seus direitos por falta de interesse, mas por desconhecimento, dificuldade de acesso ou ausência de orientação adequada, que tanto a academia quanto a Defensoria oferecem, gerando assistência integral e promoção dos direitos humanos.

Levar informação jurídica à população é uma forma de prevenção. Quando uma pessoa conhece seus direitos, ela consegue identificar abusos, tomar decisões mais conscientes e acessar mecanismos de proteção social.

Promover acesso à Justiça é criar oportunidades para que mais pessoas vivam com dignidade, autonomia e segurança. E esse compromisso precisados por estudantes que,

Eric F. Boeck Daza

Especialista em energia limpa
boeckdaza@gmail.com



Terras raras e o Brasil

O Brasil extrai 20 toneladas de óxidos de terras raras em 2024. A China extrai 270 mil. Apesar de possuir a segunda maior reserva mundial, com 21 milhões de toneladas, o país responde por menos de 0,1% da oferta global. A disputa atual não é mais sobre quem possui o minério, mas sobre quem controla o processamento, tecnologia e valor agregado.

A vantagem chinesa nunca foi apenas geológica. Desde 2010, construiu liderança em separação, refino, metalurgia e produção de ímãs. Segundo a Agência Internacional de Energia, a China deve manter cerca de 80% do refino global de terras raras em 2035.

Os Estados Unidos reagiram transformando política mineral em política industrial. O governo americano tornou-se acionista da MP Materials, garantiu preço mínimo para mine-

rais estratégicos e ampliou financiamentos bilionários ao setor. Também lançou o Project Vault e criou o Forge, fórum geoestratégico voltado aos minerais críticos.

O Brasil tenta avançar com a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, que cria incentivos fiscais e governança para o setor. O problema é que a lei não enfrenta o principal ponto da disputa: quem define o destino da produção, o processamento e o preço dos minerais brasileiros.

O caso mais emblemático é a aquisição da Serra Verde, em Goiás, pela USA Rare Earth, por US\$ 2,8 bilhões, incluindo contrato de fornecimento de 15 anos para minerais estratégicos.

Sem regras claras para processamento doméstico e agregação de valor, o Brasil corre o risco de repetir um padrão histórico: exportar matéria-prima e importar tecnologia.

Eu, fotógrafo

Envie sua fotografia (preferencialmente horizontal) para vidareal@gruposinos.com.br

Bela flor gloxínia
presenteada há
50 anos pela mãe
Maria
Lúcia Trein
Estância Velha



Os artigos publicados nesta página são opiniões pessoais e de inteira responsabilidade de seus autores. Por razões de clareza ou espaço poderão ser publicados resumidamente, o tamanho é de até 1.600 caracteres com espaço. Artigos podem ser enviados para opiniao@gruposinos.com.br.

abc+
Mais artigos em
abcm.com/
opiniao